

Carmen Portinho:

engenheira da prefeitura do Distrito Federal, difusora do urbanismo e uma feminista *avant-garde*

Carmen Portinho: an engineer of the Federal District of Rio de Janeiro, advocate of urbanism and an *avant-garde* feminist

RACHEL COUTINHO M. DA SILVA

Ph.D. pela Cornell University. Professora Titular do Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo pela mesma instituição
rachelcc@acd.ufrj.br

RESUMO: Este artigo procura explorar o papel de Carmen Portinho (1903-2001) como engenheira da Prefeitura do Distrito Federal, difusora do urbanismo, e como ativista feminista, principalmente na luta pelo voto feminino. Portinho, engenheira e urbanista, teve papel fundamental nos anos 20 e 30 do século XX, no movimento feminista lutando pelos direitos da mulher e seu reconhecimento profissional. Participa da organização do movimento sufragista, e tem atuação importante em várias organizações feministas. Em 1929 participa da criação da União Universitária Feminina (UUF), que tinha por objetivo defender os interesses femininos nas profissões liberais. Portinho é mais conhecida, nacional e internacionalmente, por sua atuação no campo da habitação social no Brasil, e como engenheira responsável em diversos projetos de arquitetura moderna com seu companheiro, o arquiteto Affonso Eduardo Reidy.

PALAVRAS-CHAVE: Carmen Portinho; movimento feminista; gênero e urbanismo; urbanismo carioca; Rio de Janeiro.

ABSTRACT: This paper explores the work of Carmen Portinho (1903-2001) as an engineer in the Prefecture of the Federal District, as a promoter of urbanism and as a feminist activist, particularly in the struggle for women's vote. Portinho, engineer and urban planner, had a fundamental role in the 1920s and 1930s in the fight for women's rights, especially for their professional recognition. She took part in the organization of the suffragist movement, and had an important performance in several feminists' organizations. In 1929, Portinho participated in the founding of the Women University Union (UUF), whose aim was to defend women's interests in liberal professions. Portinho is nationally and internationally known for her work in the field of social housing in Brazil, and her participation as the main engineer in several modern architectural designs together with her partner and spouse, architect Affonso Eduardo Reidy.

KEYWORDS: Carmen Portinho; feminist movement; gender and urbanism; Rio de Janeiro urban planning.

Introdução

Este artigo procura explorar o papel de Carmen Portinho (1903-2001) como engenheira da Prefeitura do Distrito Federal, como difusora do urbanismo¹ e como ativista feminista, principalmente na luta pelo voto feminino. Portinho, engenheira e urbanista, teve papel fundamental nos anos 20 e 30 do século XX, no movimento feminista lutando pelos direitos da mulher e seu reconhecimento e respeito profissional. Participa, juntamente com Bertha Lutz, da organização do movimento sufragista e tem atuação importante na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) desde a sua fundação, tendo sido eleita vice-presidente. Em 1929, juntamente com outras mulheres universitárias, funda a União Universitária Feminina (UUF), sendo a primeira presidente. Esta organização tinha por objetivo defender e incentivar os interesses femininos nas profissões liberais. Portinho é mais conhecida, nacional e internacionalmente, por sua atuação no campo da habitação social no Brasil e sua participação como engenheira responsável em diversos projetos de arquitetura moderna com seu companheiro, o arquiteto Affonso Eduardo Reidy, destacando-se o Conjunto Residencial do Pedregulho, o Conjunto Residencial da Gávea e Museu de Arte Moderna (MAM). Teve também atuação importante à frente da Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI), a primeira escola de desenho industrial da América Latina, a qual dirigiu por mais de duas décadas desde sua fundação, em 1966.

Carmen Portinho nasceu em 1903 em Corumbá no antigo estado do Mato Grosso. Em 1911 muda-se com sua família para a cidade do Rio de Janeiro, então capital do país e, portanto, Distrito Federal. Ingressa na Escola Politécnica em 1920 e obtém o título de engenheira-geógrafa em 1924; dois anos depois torna-se engenheira civil, sendo a terceira mulher a obter tal título no país. Ainda cursando a faculdade, Portinho começa seu ativismo feminista. Em 1922 participa com Berta Lutz da fundação da FBPF, sendo primeiramente tesoureira e depois 1ª vice-presidente. Em 1924 acontece no Rio de Janeiro o 1º Congresso Internacional Feminino, promovido pela FBPF, e Portinho tem um destacado papel não somente na sua organização, mas nos debates.

Em 1926, passa a integrar os quadros de engenheiros na Prefeitura do Distrito Federal e, primeiramente, é alocada na diretoria de Obras e Viação. Em 1935 participa da fundação da Sociedade de Arquitetos e Engenheiros do Rio de Janeiro. Em 1936, ingressa no Curso de Urbanismo (nível de

pós-graduação) da então Universidade do Distrito Federal (UDF) e forma-se como urbanista em 1939, apresentando o trabalho final intitulado “A Construção da Nova Capital do Brasil no Planalto Central”. Foi a primeira mulher no país a obter tal titulação. Anteriormente, em 1937, funda a Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas (ABEA), que tinha por objetivo inserir as mulheres recém-formadas no mercado de trabalho. Em 1945, consegue uma bolsa do Conselho Britânico para conhecer e pesquisar o trabalho de reconstrução das cidades inglesas destruídas pela guerra. Após seu retorno ao Brasil, ajuda a criar o Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Distrito Federal, sendo sua primeira diretora.

Este trabalho divide-se em três seções. A primeira traça o papel de Carmen Portinho na editoria da *Revista Municipal de Engenharia* e a importância deste periódico no cenário de debates e discussões sobre o urbanismo e os problemas urbanos das cidades, bem como sobre a divulgação dos projetos e obras para o Rio de Janeiro. A segunda seção faz uma breve retrospectiva da história do feminismo no Brasil e no mundo, de forma a situar a análise feita na terceira seção sobre o papel de Portinho como ativista feminista e na luta pelos direitos da mulher. Fica evidente na trajetória aqui delineada seu comprometimento com as questões urbanas da cidade e a atualidade do urbanismo e seu engajamento como feminista *avant-garde*, trazendo sua vivência e experiência de mulher pioneira na engenharia e no urbanismo para seu ativismo na defesa do urbanismo e dos direitos da mulher.

A importância da Revista de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal e o papel de Carmen Portinho

Inicialmente intitulada *Revista da Diretoria de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal*, este importante periódico foi criado em 1932, por meio do decreto nº 3.759, de 30/01/1932, tendo seu primeiro número publicado em julho de 1932. Até 1942, sua periodicidade era bimestral, quando passa a ser trimestral até 1969. De 1969 até 1993, a periodicidade era irregular. Em 1937 passa a denominar-se, *Revista Municipal de Engenharia* (RMU). Em 1960, intitula-se *Revista de Engenharia do Estado da Guanabara*. A partir de 1978, por conta da fusão do Estado da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, passa a se chamar *Revista Municipal de Engenharia*². O primeiro corpo editorial foi composto pelo Professor Everardo Backheuser (editor-chefe), pelo engenheiro Manoel Santos Dias (gerente) e por Carmem Portinho (se-

cretaria). A missão da revista era a “reflexão sobre os problemas das cidades, os projetos elaborados, as obras executadas, contendo discussões sobre o urbanismo em geral³”. Carmen foi posteriormente diretora e chefe de redação da revista. A RMU marcou época como um importante periódico que não somente discutia conceitos de urbanismo, mas também apresentava os projetos que eram propostos para a cidade. Ao longo de sua existência a revista publicou 305 artigos sobre urbanismo, projetos urbanos, infraestrutura urbana e obras de engenharia, tanto nacionais como internacionais. Vários profissionais importantes apresentaram artigos ou comentários na revista, tais como Affonso E. Reidy, J. Otacilio Sabóia Ribeiro, Lucio Costa, Francisco de Prestes Maia, Armando A. de Godoy, José de Oliveira Reis, Luiz Emidgio de Mello Filho, dentre outros. Até mesmo Le Corbusier publicou um artigo sobre o problema das favelas parisienses na RMU.

Além de sua atuação editorial na RMU, Portinho também se destaca por seus artigos sobre habitação e urbanismo. Em 1933, Carmen apresenta na RMU um artigo intitulado “Concurso para a Urbanização das Avenidas compreendidas entre La Place de l’Etoile, em Paris e Pça. circular de La Defense, em Courbeyole”, no qual analisa os projetos do Concurso de Ideias promovido pela Prefeitura do Sena, em Paris, para a urbanização da área descrita no título, com a intenção de criar um grande acesso à Paris pelo lado leste⁴. Em 1934, publica o artigo “O Critério Científico do Urbanismo⁵”, no qual analisa o que é ser um urbanista, afirmando que o urbanista deve ter um conhecimento interdisciplinar, principalmente de sociologia, psicologia, história e geografia e que o urbanismo é uma ciência complexa. Explica que o projeto urbano deve ser precedido de uma pesquisa das condições locais. Ainda em 1934, apareceu um outro artigo seu intitulado “O Ensino do Urbanismo⁶”, no qual ela brevemente apresenta como se dá o ensino do urbanismo em diversos países, tais como, Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e França. Analisa também o curso de urbanismo que estava sendo implantado na Universidade de Buenos Aires. Carmen irá lecionar a disciplina de aerofotogrametria no curso de urbanismo na Universidade do Distrito Federal (UDF) e, a partir de suas notas de aulas, publica, em 1937, um artigo técnico sobre o uso correto dos equipamentos de aerofotogrametria⁷. Portinho publica, em 1939, o “Ante-Projeto para a Futura Capital do Brasil no Planalto Central”, no qual apresenta seu estudo sobre a construção e a implantação da futura capital do Brasil no Planalto Central, detalhando as definições e características sobre o sítio e suas condições geográficas⁸. Pouco tempo depois, ainda em 1939, ela apresenta um artigo intitulado “A Habitação, O

Homem e o Lugar”, em que faz uma avaliação detalhada das condições geográficas e urbanísticas das habitações desde os primórdios da civilização até aquela época, analisando também os sistemas construtivos e as questões de infraestrutura⁹. Em 1942 publica, no volume IX da revista, o artigo “A Habitação — o Homem”, no qual faz um histórico da habitação e sua evolução desde a pré-história¹⁰.

Nestes artigos, Portinho demonstra seus conhecimentos e seu pensamento sobre habitação e sobre urbanismo. Pode também ser observado seu forte empenho na divulgação da importância profissional do urbanismo (FARIA, 2013, pp. 168-174)¹¹. Ao lado de outros funcionários públicos vinculados à Prefeitura do Distrito Federal, tais como José de Oliveira Reis e Affonso Eduardo Reidy, Carmen teve papel de destaque na institucionalização do urbanismo no âmbito municipal e central nos debates sobre os problemas urbanos (FARIA, 2013, pp. 25-27 e pp. 126-127)¹².

Um breve retrospecto da história do feminismo no Brasil

Em geral, quando se fala em história do feminismo, refere-se à história da luta pelos direitos humanos da mulher, incluindo-se aí os direitos políticos, sociais e econômicos. É a luta pela igualdade de direitos entre mulheres e homens. As questões das mulheres começam a surgir em consequência da revolução industrial quando a necessidade de mão de obra operária aumenta, exercendo pressão para que as mulheres entrem no mercado de trabalho. No Brasil, as leis antiescravagistas contribuem para pressionar o ingresso das mulheres no mercado de trabalho.

No Brasil, desde o final do século XIX, já existiam questões relativas à submissão e à opressão da mulher, mas ainda bem circunscritas à poucos periódicos ou jornais. No entanto, apesar disso, o Brasil pode ser considerado o país latino-americano que mais veiculou questões relativas ao papel inferior da mulher na segunda metade do século XIX (TELES, 1993)¹³. Surgiram, nesta época, jornais editados por mulheres, os quais contribuíram para a divulgação das ideias feministas e sufragistas. As principais bandeiras eram o direito da mulher à educação e ao voto. Mas defendia-se também a igualdade de direitos entre homens e mulheres (TELES, 1993, pp. 34-35).

Anteriormente, na primeira metade do século XIX, houve um pequeno movimento pelo direito das mulheres à educação. A educação feminina

só se dava até o primeiro grau. É somente a partir de 1850 que as mulheres começam a escrever artigos em periódicos voltados para o público feminino (TELES, 1993, p. 13), principalmente na defesa do voto.

Uma das primeiras feministas no Brasil foi Nisia Floresta Brasileira Augusta, nascida em 1809, que além de abolicionista, pressionava pela igualdade de educação para as mulheres. Nisia fundou um colégio exclusivo para mulheres e escrevia vários artigos denunciando a condição inferior das mulheres no Brasil. Terminou se auto-exilando na França depois de sofrer muitas críticas no país (TELES, 1993, p. 30). Outra grande feminista foi Chiquinha Gonzaga, nascida em 1847, teve grande ativismo político e uma carreira importante como musicista.

Na primeira República acontecerão alguns movimentos feministas. Alguns de origem operária, foram formados por mulheres trabalhadoras fabris que reivindicavam redução da jornada de trabalho e melhores salários. Alguns destes movimentos eram ligados aos movimentos socialistas. Já o movimento pelo voto feminino nasce no âmbito das mulheres de classe média e de mulheres da elite dominante e conseguiu grande mobilização mesmo dentre as mulheres de origem operária. Em 1910, foi fundado o Partido Feminino Republicano pela professora Deolinda Dalho, que reivindicava que os cargos públicos pudessem ser ocupados pelas mulheres (TELES, 1993, pp. 42-43). Em 1920, a professora Maria Lacerda de Moura (TELES, 1993, pp. 42-43)¹⁴ e a bióloga Bertha Lutz fundam a Liga para Emancipação Internacional da Mulher, com a finalidade de lutar pela igualdade de direitos políticos das mulheres. Em 1922, Bertha Lutz organiza a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que dentre outros objetivos lutava pelos direitos políticos das mulheres.

Nos anos 20, além de a mulher não poder exercer o direito de voto, se ela fosse casada não podia exercer sua profissão sem a autorização do marido, pois ainda vigorava o código civil que impingia uma série de limitações às essas mulheres. Um exemplo sempre citado é o da nadadora brasileira Maria Lenk, que foi a primeira sul-americana a participar de uma olimpíada. Ela omitia seu *status* de mulher casada de forma a poder movimentar sua conta bancária. Desta forma, o debate feminista neste período tinha como foco o direito ao voto, a conquista de direitos independentes e da não-tutela do marido, a luta pela igualdade de salários e pela plena inserção no mercado de trabalho¹⁵.

Depois da conquista do direito ao voto, em 1934, o movimento sufragista acaba e, por algumas décadas, publica-se menos sobre as questões

feministas. Nesta época, o movimento das trabalhadoras cresce na luta pela redução da jornada de trabalho. No entanto, o Estado Novo irá sufocar estes movimentos. O que aparece no período do Estado Novo, durante a II Guerra Mundial, é o movimento das mulheres pela paz. Com o fim da guerra, surge no Rio de Janeiro o Comitê de Mulheres pela Democracia e algumas feministas identificaram-se com os movimentos democráticos e participaram da luta pela anistia e por uma constituinte livre. Deve-se destacar a criação da Associação Feminina do Distrito Federal, que lutava pelos direitos das mulheres, mas também contra o despejo de favelas e contra o alto custo de vida (TELES, 1993, p. 48).

Em 1947 cria-se a Federação de Mulheres do Brasil (FMB) que teve um papel importante e teve representantes em 16 estados. Nos anos 1950 realizam-se vários encontros de mulheres com diferentes plataformas, mas sempre com uma em comum que era a defesa dos direitos das mulheres. Em 1951 aconteceu o I Congresso da FMB, com 231 delegadas de várias partes do Brasil. Nos anos seguintes ocorreram a 1ª e a 2ª Assembleia Nacional de Mulheres. Em 1956, realizou-se em São Paulo a Conferência Nacional de Trabalhadoras. Paradoxalmente, o governo de Juscelino Kubitschek, considerado democrático, proíbe a realização dos encontros das organizações femininas (TELES, 1993, p. 50). Ao contrário da primeira metade do século XX, quando as bandeiras femininas centravam-se nas questões da igualdade de direitos entre homens e mulheres ou nas questões das liberdades democráticas, as lutas do período entre 1950 e 1964 giravam em torno de problemas concretos, como o alto custo de vida, falta d'água, necessidade de creches, etc. Houve algumas exceções, principalmente no âmbito das mulheres trabalhadoras, que defendiam salários iguais para as mulheres e lutavam por sua sindicalização. A partir da década de 1960, as mulheres passam a lutar pela reforma do Código Civil, principalmente pela reforma do Estatuto da Mulher Casada. Porém, começam a surgir, também nesta mesma época, organizações femininas conservadoras de direita, com a intenção de acabar com a "ameaça comunista" e suprimir qualquer tentativa de movimentos populares (TELES, 1993, p. 53). Segundo Teles (1993), houve grande manipulação das forças conservadoras de direita no sentido de convencer as mulheres de supostas ameaças e ideias antirreligiosas. Com o golpe de 1964 e a instauração da ditadura militar no país assiste-se ao total esvaziamento das associações femininas. O período entre 1964 e 1975 pode ser considerado um grande hiato nas questões e nos movimentos feministas. Neste período, várias militantes juntaram-se às organizações clandestinas que combatiam

a ditadura militar e muitas foram brutalmente assassinadas e/ou torturadas. Teles (1993, pp. 65–70) nomeia em seu livro várias destas mulheres.

Na historiografia sobre o movimento feminista, considera-se que apenas depois da instituição do ano internacional da mulher em 1975 é que o movimento feminista no Brasil é retomado de forma consistente. Primeiramente a partir das operárias da periferia de São Paulo, que passam a protestar contra os baixos salários, as péssimas condições de vida e a reivindicar creches para as mães que trabalhavam fora. Aos poucos, as questões feministas foram sendo novamente debatidas entre as mulheres e questões como sexualidade e controle da natalidade passam a entrar na agenda das discussões. Em 1975, por ocasião do Ano Internacional da Mulher, foi criado o Movimento Feminista pela Anistia, sendo Terezinha Zerbine uma das principais líderes. No Congresso Mundial ocorrido na cidade do México neste mesmo ano, Zerbini conseguiu aprovar uma moção em prol da anistia no Brasil. Esse movimento cresceu e resultou na Lei da Anistia aprovada em agosto de 1979.

No campo teórico dos estudos de gênero, Costa considera que, na América Latina, estes ganham peso a partir dos anos 1990¹⁶. É também na década de 1990 que acontecem a assinatura de vários acordos e convenções sob os auspícios da ONU e da OEA e a realização de vários encontros, com destaque para a IV Conferência Internacional sobre as Mulheres de 1995, em Beijing (China). A pauta de discussões e reivindicações neste momento centra-se nas questões de violência contra a mulher e na autonomia que as mulheres devem ter sobre seu corpo. Neste debate a questão de gênero é redefinida de forma mais ampla, de modo a incluir a homossexualidade e a transsexualidade.

Porém, é no contexto das questões feministas dos anos 1910 e 1920 que se insere a atuação profissional de Carmen Portinho, e é partir da sua militância nos movimentos em defesa dos direitos de igualdade das mulheres que será pautada sua atuação em prol da inserção profissional das mulheres no mercado de trabalho.

A atuação de Carmem Portinho no movimento feminista e na luta pelos direitos das mulheres

Desde jovem, Carmen Portinho foi uma ferrenha batalhadora pela emancipação feminina e pelas causas feministas de seu tempo, principalmente o

direito de voto. Em 1933, afirma que, “a emancipação econômica da mulher é a base da sua emancipação social e política¹⁷”.

Lutou não somente pelo sufrágio feminino, mas também pelos direitos trabalhista e pelo respeito profissional das mulheres em profissões liberais. Ainda estudante universitária, Portinho ajuda Berta Lutz a criar a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) tendo sido eleita vice-presidente. Em 1929 funda a União Universitária Feminina (UUF), sendo a primeira presidente e em 1937 funda juntamente com Berta Leitchic, Clara Perelberg Steinberg e Licia Prado Lopes a Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas, todas mulheres pioneiras nas profissões da engenharia e da arquitetura. Berta, por exemplo, foi a primeira mulher a cursar engenharia na Escola Politécnica de São Paulo. Carmen Portinho e Berta Leitchic se conhecem no curso ginásial e se tornaram amigas posteriormente, quando da fundação da AUF (LEITCHIC, 2002, pp. 40-47)¹⁸.

Carmen sofreu na pele a discriminação e o preconceito que havia àquela época contra a mulher no mercado de trabalho. Em 1925, ela se torna professora de matemática do renomado Colégio Pedro II, e foi bastante criticada e perseguida por ser uma professora mulher em um colégio exclusivamente masculino. O ministro da Justiça chegou a solicitar seu afastamento, mas Portinho lá permaneceu até 1928, quando decide afastar-se.

Em 1926, ao iniciar seu trabalho na Diretoria de Viação e Obras, foi designada para inspecionar um para-raios no telhado do prédio, uma espécie de teste de seu chefe que não confiava na capacidade feminina. Carmen realizou a tarefa sem nenhum problema, pois havia sido membro do Centro Excursionista Brasileiro e acostumada a fazer escaladas e alpinismo. E após este episódio, passou a usar calças compridas para trabalhar, acontecimento também visto com desconfiança por seu chefe e colegas¹⁹.

Este episódio com certeza ajuda a reforçar na jovem estudante de engenharia a importância de engajamento nos grupos que lutavam pela igualdade de direitos para as mulheres.

Em 1927, em plena luta pelo direito do voto feminino, Portinho viaja juntamente com Bertha Lutz para o Rio Grande do Norte, para apoiar o candidato a governador Juvenal Lamartine, o qual pediu a ajuda das mulheres e prometeu que se eleito, elas teriam o direito de votar e serem votadas. Foi eleito e, antes mesmo de sua posse, conseguiu na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte o direito feminino ao voto.

Portinho foi uma importante voz na luta pelos direitos da mulher, aparecendo na imprensa com frequência. Em novembro de 1931, ela aparece

com quatro amigas em um artigo do jornal *A Noite*, defendendo o direito da mulher de dirigir automóveis. Ao ser entrevistada, disse ela ao repórter:

Além do seu lado *sportivo*, tem sua grande utilidade para a mulher saber dirigir um automóvel. Já é tempo de acabar com pieguices, que pelam os movimentos da mulher. Se tivermos urgência de um médico, ou de outra qualquer providência, alta hora da noite, para que havemos de esperar pelo “chauffeur”? Temos o automóvel, sabemos dirigi-lo. O caso se torna simples e prático e, mesmo econômico. Dirigir um automóvel não é nada de mais. A cidade já tem um grande número de senhoras amadoras. Isso prova que nós progredimos muito nesse assumpto²⁰.

A própria Carmen admite em depoimento a importância da imprensa na divulgação da causa:

O Jornal do Brasil foi o primeiro órgão da imprensa carioca a nos apoiar e a divulgar nossas notas. (...) Tinha como secretário um jornalista fabuloso (...) chamado Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, que simpatizava com o feminismo que propagávamos. (...) Outro jornal que nos apoiava bastante, O Paiz, curiosamente era ligado ao governo. Assim, com a imprensa ao nosso lado, divulgando tudo o que realizávamos, ficamos bastante conhecidas do público, mormente de mulheres, nosso principal alvo. Na época não havia melhor veículo de divulgação do que os jornais (...) ²¹.

Carmen engaja-se na luta pela educação universitária das mulheres e também por uma melhor inserção das mulheres no mercado de trabalho. Nos anos 1930 surgem várias revistas dedicadas à divulgação da causa feminista. A revista *Renovação*, por exemplo, publicada em Sergipe, dedica-se a veicular propostas de educação feminina, artigos sobre as lutas e conquistas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e da União Universitária Feminina, e outras matérias relacionadas à emancipação da mulher. Nesta revista aparecem, por exemplo, artigos dedicados à defesa do direito feminino ao ensino público e do acesso ao ensino superior, vinculando a relação entre a escolaridade feminina e o exercício de uma profissão liberal (FREITAS, s/d, p. 5).

Em 1931, ocorre no Rio de Janeiro o 2º Congresso Feminista e a UUF participa ativamente deste evento. Portinho defende a inserção das mulheres no mercado de trabalho em condições de igualdade.

Em 1953, Carmen, então com uma carreira consolidada como engenheira e urbanista da Prefeitura do Distrito Federal e como propulsora das ideias sobre habitação social, irá representar o Brasil no Congresso da Liga Internacional Feminista pela Paz e pela Liberdade (WIFLP — *Women's International League for Peace and Freedom*). A Liga existe até hoje, com seções em mais de 37 países e é uma importante organização não governamental que tem por objetivo congregiar as mulheres de diferentes culturas com suas diferenciadas visões políticas, filosóficas e religiosas com o propósito de estudar as causas da guerra e trabalhar em prol de uma paz permanente, além de lutar para a unificação global das mulheres contra a opressão e a exploração.

A importância histórica de Portinho pode ser observada em 1987 quando, então com 81 anos, é convidada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) a entregar ao presidente da Câmara Federal, deputado Ulisses Guimarães, a Carta das Mulheres aos Constituintes, que continha as reivindicações das mulheres para serem incorporadas à nova Constituição. Este convite foi uma homenagem do CNDM à Carmen Portinho por sua história de atuação em defesa dos direitos das mulheres (PIMENTA, 2010, p. 87).

Esta breve retrospectiva da atuação feminista de Portinho e sua luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres e pela plena inserção profissional das mulheres terá reflexos também na sua atuação como urbanista e no seu modo de pensar a composição arquitetônica da habitação social. Carmen atribuiu uma enorme importância ao complexo da habitação social dotada de equipamentos de serviços e lazer como forma de facilitar a vida da mulher que trabalha fora e, desta forma, estimular cada vez mais as possibilidades de inserção destas no mercado de trabalho.

A influência do feminismo nos projetos de Reidy e Portinho

As ideias sobre a emancipação da mulher estiveram presentes também em projetos de arquitetura. No Conjunto Habitacional Prefeito Mendes de Moraes, conhecido como Pedregulho, projeto paradigmático de habitação social de autoria de Reidy, no Rio de Janeiro, Portinho pôde influenciar na concepção de alguns elementos. Segundo Britto, é Carmen quem estimula Reidy a colocar em prática uma concepção de vanguarda na organização do espaço habitado e coletivo²². Um dos elementos marcantes no projeto foi a lavanderia coletiva. Essa lavanderia era totalmente automatizada para os

padrões da época, com modernas máquinas industriais de lavar roupa. A ideia era possibilitar não somente a interação social, mas também permitir que o tempo ocupado pelos afazeres domésticos fosse melhor, estimulando-as a entrar no mercado de trabalho. As casas não tinham tanque na área de serviço, uma ideia comum nas casas norte-americanas para estimular o uso da lavanderia. Quando Berta Leitchic no projeto do conjunto residencial de Vila Isabel insistiu em colocar tanques na área de serviço, Portinho não gostou, pois queria as lavanderias coletivas. Cedeu à Berta e permitiu o tanque apenas na cozinha (LEITCHIC, 2002, p. 51).

Um outro elemento importante era a possibilidade de as crianças poderem se movimentar no conjunto com segurança sem ter que cruzar com vias e veículos. Podiam, assim, ir sozinhos para a escola, para o parque, para a quadra de esportes. Outra inovação no projeto do Pedregulho foi a opção de ter diferentes tamanhos de moradia, possibilitando a convivência de famílias de diferentes tamanhos e formações.

A preocupação de Carmen Portinho com as questões sociais e com a questão da habitação é ligada às suas preocupações com o bem-estar da mulher. Quando no pós-guerra é criado o Departamento de Habitação Popular (DPH), vinculado à Secretaria de Viação e Obras Públicas, Portinho é escolhida para dirigi-lo. Na mesma época, é criado também o Departamento de Urbanismo, cuja direção é entregue a Reidy. Portinho já tinha visitado a Inglaterra onde havia presenciado a política inglesa de construção de *new towns* e de habitação social. É como diretora do DPH que Carmen propõe a construção do Pedregulho, do conjunto habitacional da Gávea e de um outro que seria erguido no morro da Catacumba, onde existia uma favela e que nunca foi construído. Nestes dois conjuntos fica evidente a preocupação de Carmen em integrar os equipamentos sociais, culturais e recreativos ao projeto de habitação popular. Também é inovadora para a época sua concepção de não remoção da favela, mas de transformação progressiva.

Considerações Finais

A intenção deste artigo é revelar duas facetas pouco estudadas da grande engenheira e urbanista Carmen Portinho: sua contribuição para a discussão das questões urbanas em geral e divulgação da disciplina do urbanismo por meio de sua atuação editorial na Revista Municipal de Engenharia e sua militância feminista, de forma a ajudar na compreensão de seu pensamento

sobre a arquitetura e o urbanismo modernos. A visão de Carmen Portinho sobre habitação social está intimamente ligada à sua visão feminista. Tem a ver com suas inquietações sobre o bem-estar da mulher e com sua visão do urbanismo enquanto promotor de convivência social e conforto para todos. Sua atuação como editora e como autora de artigos na RME demonstram como Carmen engajou-se desde os anos 1930 na difusão da disciplina do urbanismo e nos debates urbanísticos. Sua militância feminista está inserida no contexto histórico da primeira metade do século XX, sobretudo dos anos 20 e 30, principalmente na luta pelo direito ao voto e pela inserção da mulher de profissões liberais no mercado de trabalho dominado pelos homens. Ela mesma foi alvo de muito preconceito, tendo sido pioneira em muitas ocasiões na defesa do seu papel de igualdade profissional.

A retrospectiva da atuação profissional de Carmen à frente da Prefeitura do Distrito Federal e à frente da RME comprova seu empenho em divulgar o urbanismo e em ampliar as discussões sobre os problemas urbanos das cidades e em particular do Rio de Janeiro. Sua atuação junto aos movimentos feministas, numa época de muito preconceito contra as mulheres e de muita repressão à sua autonomia demonstra, por outro lado, seu engajamento e pioneirismo como feminista *avant-garde*.

Notas

1 Carmen Portinho foi, ao lado de outros importantes arquitetos ou engenheiros da Prefeitura do Distrito Federal, tais como José de Oliveira Reis, responsável pela institucionalização do urbanismo na Prefeitura do Distrito Federal. Para maiores detalhes ver: Rodrigo de Faria. **O urbanista e o Rio de Janeiro**: José de Oliveira Reis, uma biografia profissional. São Paulo: Alameda, 2013.

2 Disponível em: <http://www.urbanismobr.org/bd/periodicos.php?id=63>. Acesso em 06/09/2016. Todos os números publicados desta revista estão arquivados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro — AGCRJ. 3 Ibidem.

4 Carmen V. Portinho. “Concurso para a Urbanização das Av. compreendidas entre La Place de l`Etoile, em Paris e Pça. circular de La Defense, em Courbeville”. In: **Revista Municipal de Engenharia**, número 3, 1933.

5 Carmen V. Portinho. “O Critério Científico do Urbanismo”. In: **Revista Municipal de Engenharia**, número 8, 1934.

6 Carmen V. Portinho. “O Ensino do Urbanismo”. In: **Revista Municipal de Engenharia**, número 11, julho de 1934.

7 Carmen V. Portinho. “Aerofotogrametria. Notas de Aulas do Curso de Urbanismo da Universidade do Distrito Federal”. In: **Revista Municipal de Engenharia**, volume 4, maio de 1937.

8 Carmen V. Portinho. “Ante-Projeto para a Futura Capital do Brasil no Planalto Central”. In: **Revista Municipal de Engenharia**, volume VI, 1, março-maio de 1937.

9 Carmen V. Portinho. “A Habitação, O Homem e o Lugar”. In: **Revista Municipal de Engenharia**, número 4, julho de 1939.

10 Carmen V. Portinho. “A Habitação — O Homem”. In: **Revista Municipal de Engenharia**, vol. IX janeiro 1942.

11 Portinho teve também destacada atuação na organização do 1º Congresso Brasileiro de Urbanismo, organizado pelo Centro Carioca em 1941. Além de fazer parte da Comissão Organizadora do Congresso (dividiu a vice-presidência com Nestor Figueiredo), participou de várias comissões e dos debates. Este Congresso é considerado de fundamental importância para a consolidação do urbanismo enquanto campo do conhecimento no país.

12 Faria destaca também a interessante alternância de cargos na Diretoria de Urbanismo entre Reidy e Reis.

13 Ver também: Cecília Vieira do Nascimento e Bernardo J. Oliveira. “O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher” In **Cadernos PAGU** (29), julho-dezembro de 2007, pp. 429-457.

14 Segundo a autora, “dirigiu a Revista Renascença e pregava o pacifismo, o amor livre e a emancipação da mulher. Opunha-se ao capitalismo, ao militarismo e ao facismo”.

15 Portinho também sofreu do preconceito da época em relação à mulher desquitada. Portinho fora casada com o irmão de Bertha Lutz, o médico Gualter Adolpho Lutz (1903-1969), e dele se separou com poucos anos de casamento; e foi viver com o arquiteto Afonso Eduardo Reidy (1909-1964). Dizia-se que a relação dos dois era bastante discreta, tendo em vista a condição de Carmen como mulher separada.

16 No campo teórico dos estudos de gênero, Costa considera que na América Latina estes ganham peso a partir dos anos 1990. Principalmente a partir do movimento de direitos humanos ao explorar os crimes cometidos pelas ditaduras militares. Foi com os processos de redemocratização que ocorreram nos países da América Latina, que os movimentos das mulheres passaram a centrar na questão dos direitos. Ver: Malena Costa. “El Pensamiento Jurídico Feminista en América Latina. Escenarios, contenidos y dilemas”, In: **Gênero & Direito** (UFPB), nº 2, 2º semestre 2014, Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ged/index>. Acesso em 20/09/2016.

17 Carmen Portinho. **Entrevista ao Jornal A Noite**, 17 agosto 1933.

18 Berta era engenheira, trabalhou na Prefeitura do Distrito Federal e foi responsável pelo projeto do viaduto das Canoas e do túnel do Pasmado, além de participar do projeto do Parque do Flamengo. Trabalhou com Reidy no Departamento de Urbanismo e depois no Departamento de Túneis da Prefeitura. Berta foi responsável também pelos projetos dos conjuntos residenciais de Vila Isabel e de Paquetá.

19 Hildete Pereira de Melo. “Verbete Carmen Portinho”. In: **Pioneiras da Ciência no Brasil**, 2ª edição, Disponível em: <http://>

cnpq.br/pioneiras-da-ciencia-do-brasil2. Acesso em: 03/04/2016.

20 "O feminismo avança... Numa escola de 'chauffeuse' — um grupo de 'leaders'". In: **A Noite**, 23 de novembro de 1931.

21 Carmen Portinho. Por toda a minha vida/ Carmem Portinho. Depoimento a Geraldo Edson de Andrade et. al. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, p. 28.

22 Alguns depoimentos demonstram a enorme influência de Carmen Portinho na carreira profissional de Affonso Eduardo Reidy: "(...) É ela quem estimula e dá uma dose extraordinária de gás ao Reidy, para que ele ponha todo o seu talento, sua intuição e sua vida sobre a organização social, da modernização e da arquitetura (...)", "O sonho utópico: Reidy e os modernos, depoimento de Alfredo Britto". In: FREIRE, Américo (org.); OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). **Capítulos da memória do urbanismo carioca**: Rio de Janeiro: o CPDOC/FGV& Folha Seca, 2002. p. 22; "Acho mesmo que sua trajetória só teve a luminosidade que teve por causa da Carmen Portinho. Se ele não a tivesse encontrado, talvez não fosse conhecido além de um repartição pública.". Ibidem, p. 17.

Referências Bibliográficas

BONDUKI, N.G. (Org.). **Affonso Eduardo Reidy**. Lisboa: Editora Blau & Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, 1999.

BONDUKI, N.G. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4ª ed., São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

CAVALCANTE, Cynthia. "Affonso Eduardo Reidy: sob a ótica da imprensa", Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/60-encontro-2008-1/AFFONSO%20EDUARDO%20REIDY.pdf>. Acesso em: 22/05/2016.

CONDURU, R. "Razão em Forma: Affonso Eduardo Reidy e o espaço arquitetônico moderno". In: **Risco**, Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, EESC-USP, 2005. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/risco/n2/03.pdf>. Acesso em: 03/04/2016

COSTA, Vera Rita. "Carmen Portinho: As

lutas de uma companheira. Mulheres cientistas". In: **Ciência Hoje**: Revista da SPBC, 20:115, novembro de 1995.

COSTA, Malena. "El Pensamiento Jurídico Feminista en América Latina. Escenarios, contenidos y dilemas". In: **Gênero & Direito** (UFPB) nº 2, 2º semestre 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ged/index>. Acesso em 02/03/2016.

FARIA, Rodrigo de. **O urbanista e o Rio de Janeiro**: José de Oliveira Reis, uma biografia profissional. São Paulo: Alameda, 2013.

FREIRE, Américo e OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Orgs.). **Capítulos da memória do urbanismo carioca**: Rio de Janeiro: o CPDOC / FGV & Folha Seca, 2002.

FREITAS, A. G. Bueno de. "Propostas de Educação Feminina Veiculadas pela Revista Renovação, em Sergipe, no Início da década de 30". In: **Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação de Sergipe** — Núcleo de Pesquisa Sociedade e Educação / UFS — HISTEDBR/UNICAMP, 2001. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/123456789/1073/1/PropostasDeEducação.pdf>. Acesso em 23/04/2016.

GAZELE, C. Cecin. "Estatuto da mulher casada: uma história dos direitos humanos das mulheres no Brasil". Vitória-ES: Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, CCHN, Universidade Federal do Espírito Santo, 2005 (Dissertação de Mestrado).

HAHNER, June E. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. Tradução de Eliane Lisboa; Apresentação de Joana Maria Pedro. Florianópolis: Editora Mulheres / Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

LEITCHIC, Berta. "Depoimento". In: FREIRE, Américo (Org.) e OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Orgs.). **Capítulos da memória do urbanismo carioca**: Rio de Janeiro: CPDOC/FGV & Folha Seca, 2002. pp. 40-47.

NOBRE, A. L. "Carmen Portinho". In: **Série Perfis do Rio**, Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, Secretaria Municipal de Cultura, 1999.

MELO, Hildete P. "Pioneiras da Ciência no Brasil", 2ª edição, Verbete Carmen Portinho. Disponível em: <http://cnpq.br/pioneiras-da-ciencia-do-brasil2>. Acesso em: 03/04/2016.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do e OLIVEIRA, Bernardo J.. "O Sexo Feminino em cam-

panha pela emancipação da mulher". In: **Cadernos PAGU** (29), julho-dezembro de 2007, pp. 429-457.

PEREIRA, R. C. de Souza Pereira e NAVEIRO, R. Manfredi. "Design Education in Brazil", In: **2007 International Conference on Engineering Education**, Coimbra-Portugal: ICEE, 2007.

PIMENTA, Fabrícia Faleiros. "Políticas Feministas e os Feminismo da Política: O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-2005). Brasília-DF, Programa de Pós-Graduação em História, UNB, 2010 (Tese de Doutorado).

PINTO, C. R. Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora

Fundação Perseu Abramo, 2003.

PORTINHO, Carmem. **Por toda a minha vida — Carmem Portinho**. Depoimento a Geraldo Edson de Andrade et. al. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

SCHUMAHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital (Orgs.). **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. Design education in Brazil

TELES, Maria Amélia. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993.

Recebido em 03/12/2016

Aprovado em 15/02/2017